

## PAULO E AGOSTINHO NA BUSCA PELO FUNDAMENTO DA ORDEM

Jackson Câmara Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Dois grandes nomes do cristianismo na antiguidade são o Apóstolo Paulo e Agostinho de Hipona. O primeiro, nascido na Lei de Moisés e oriundo de uma cidade cosmopolita, foi marcado pelo judaísmo e pelo helenismo no séc. I. Posteriormente, surge Agostinho (354 – 430 d.C) que, antes da conversão ao cristianismo, estudou disciplinas clássicas e filosofia greco-helenística. Este trabalho aborda a relação entre esses dois pensadores sobre o tema da ordem. Para isso, será feita uma análise comparativa entre a obra *A Ordem* de Agostinho de Hipona e trechos das cartas de Paulo, destacando 1Cor 12,4-26 e Ef 4,1-6.14-16 e observando semelhanças entre os textos. Verificar-se-á a ordem como um problema filosófico, além de ser desenvolvido o tema da unidade e na multiplicidade como seu fundamento. Com isso, é possível não só perceber uma influência paulina em Agostinho, mas também evidenciar o pensamento dos dois que tem repercutido até os dias de hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paulo. Agostinho. Ordem.

### 1 INTRODUÇÃO

A busca pelo fundamento da ordem das coisas remonta aos tempos mais antigos. O Uno como princípio do ser já aparece em Platão e é identificado com a Ideia do Bem.<sup>2</sup> Já Plotino, ícone da filosofia neoplatônica, afirma que a unidade é sempre necessária, como acontece, por exemplo, com o exército, o coro, o rebanho, a casa e a nave (*Enéadas* VI,9,1).

Nesse contexto também aparecem dois grandes pensadores cristãos. Paulo, nascido na Lei de Moisés, veio de Tarso, uma cidade cosmopolita marcada pelo judaísmo e pelo helenismo do séc. I. Agostinho (354 – 430 d.C), estudou disciplinas clássicas, filosofia greco-helenística e depois, ouvindo os sermões de Ambrósio em Milão, assimila o sentido mais profundo das Sagradas Escrituras.

Desenvolvendo o tema da ordem, será verificada a relação entre os dois pensadores. Num primeiro momento, a ordem será estudada como *um problema filosófico* partindo de

<sup>1</sup> Mestre em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) – Belo Horizonte. Esp. em Formação para Vida Religiosa (ISTA-BH). Graduado em Teologia (FAJE-BH), Lic. Filosofia, Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Lic. em Física, Universidade Federal do Ceará(UFC). Integrante do grupo de pesquisa Bíblia e Literatura cristã (FAJE-BH). E-mail: [irjackson.nj@gmail.com](mailto:irjackson.nj@gmail.com).

<sup>2</sup> *República*, VI 509 A,518 C e VII 532 C In: *A Ordem* II,XVIII,48 nota.

questões da obra *A Ordem* de Agostinho, como: a maneira de Deus fazer as coisas com ordem, a criação, a problemática do mal e a justiça de Deus que vai além da procedência da ordem.

Num segundo momento, tomando como pressuposto a ordem procedente de Deus, serão abordadas questões sobre a unidade e a multiplicidade para encontrar o fundamento da ordem. Com ressonâncias da “metáfora do corpo” utilizadas por Agostinho e por Paulo, sobretudo em Efésios e em 1Coríntios, serão averiguadas semelhanças entre eles.

O tema da unidade na multiplicidade será concluído com a Trindade. *A Ordem* e as cartas paulinas não aprofundam essa relação. Entretanto, elas fazem diversas referências que auxiliam a compreensão de como a unidade na multiplicidade é a própria essência do Deus Uno-Trino, e, por conseguinte, a origem da ordem.

## 2 A ORDEM: UM PROBLEMA FILOSÓFICO

A problemática sobre a ordem remete constantemente ao tema da criação, o qual Agostinho também trabalha em suas *Confissões* e no *Comentário ao livro do Gênesis*.

Entretanto, o tema tem toda a atenção na obra *A Ordem*, que se apresenta em forma de diálogo entre Agostino e seus interlocutores, tomando já de início questões da ordem pelas quais as coisas foram *feitas e estabelecidas* por Deus (*A Ordem* I,X,28; II,IV,11). Uma das perguntas-chave do hiponense é como “Deus fez as coisas com ordem?”, como sugere os primeiros capítulos de Gênesis. Dessa questão, surge outra intrigante: Deus cria e age com ordem estando dentro dela ou governa todas as coisas estando fora dela (*A Ordem* II,I,2)? A ordem é um instrumento que está fora de Deus ou ela pertence a sua natureza?

Se a ordem estiver fora de Deus, então é contrária a Ele (*A Ordem* I,VI,15) e isso seria um absurdo, pois recairia na existência de outro princípio, deus, contradizendo o conceito da onipotência divina. Ademais, se Deus criou tudo, nada pode estar fora da ordem, como afirma Licêncio, um dos interlocutores de Agostinho (*A Ordem* I,VI,15; II,VII,21). Assim, conclui-se que a ordem necessariamente é da natureza de Deus e não um instrumento fora dele.

Essa afirmação traz mais dois problemas. O primeiro se trata da natureza de Deus. Se em Deus tudo é bom, como pode haver ordem onde tudo é igualdade, já que não precisaria de

ordem nisso? Não haveria ordem, como afirmou Licêncio. Mas, Agostinho lembra a definição anterior sobre tudo ser governado com ordem e nada está fora dela (*A Ordem* II,I,2).

O segundo problema está na resposta de que em Deus há ordem. Com essa afirmação, Agostinho questiona seu interlocutor sobre a totalidade da bondade em Deus, pois a ordem supostamente exigiria um múltiplo de bens e males, e não uma igualdade como consequência da bondade. Licêncio retoma “que todas as coisas que Deus administra são governadas com ordem”, porém ainda admite a existência de bens e de males governados sob a ordem.<sup>3</sup>

O que torna problemático o conceito da ordem ao longo do diálogo é a existência do mal. Na conversa entre Licêncio e Trigécio, outro interlocutor, os questionamentos se focam nos males que estão na ordem. Isso resultaria nos males procederem de Deus, uma afirmação ímpia, segundo Trigécio (*A Ordem* I,VII,17).

Agostinho, tomando exemplos da vida social e cultural, procura ajudar na compreensão da relação do mal na ordem. Situações como a crueldade do verdugo, aparentemente má, porém necessária para a “ordem de uma sociedade bem governada”, e as prostitutas, não estando no seu devido lugar provocando uma desordem à sociedade, exigem entendimento quanto a sua submissão à ordem (*A Ordem* II,IV,12).

No entanto, somente na discussão sobre a justiça de Deus, os interlocutores chegaram a uma solução satisfatória na problemática do mal em relação à ordem. Assumindo que “Deus é sempre justo”, os personagens são convencidos de que sempre houve o bem e o mal, pois como haveria juízo de Deus se houvesse somente o bem ou somente o mal? E se não houvesse o mal, então Deus não poderia ser chamado de justo (*A Ordem* II,VII,22)?

Trigécio replica essa questão levantada por Agostinho. Para que Deus seja sempre justo, não necessariamente o mal deva existir, já que “ele não tinha o que aprender sobre a justiça, mas usá-la uma vez que sempre a teve”. Assim, uma vez o mal existindo, a justiça de Deus não passa a existir, mas a ser aplicada. O mesmo acontece com a ordem. Agostinho afirma que “o que causou o surgimento do mal não foi feito por ordem de Deus, mas ao surgir, foi submetido à ordem de Deus”, o que ainda não convence a visão maniqueísta de Licêncio quanto à dependência da existência da ordem ao mal (*A Ordem* II,VII,23).

<sup>3</sup>Além do trecho de *A Ordem* II,I,2, Licêncio havia afirmado também no início do diálogo em *A Ordem* I,VI,16.

O hiponense não resolve o problema da origem do mal, mas intriga seus interlocutores sobre a eternidade da ordem. Assim como Trigécio tratou a justiça anteriormente, Licêncio conclui que “a ordem sempre estava com Deus, a qual não foi posta em prática senão depois que começaram a existir os males.” Agostinho advoga ainda que o mal surgiu fora da ordem, já que ela é bem ou procede do bem. E isso contradiz o argumento inicial de Licêncio acerca de que não há nada fora da ordem (*A Ordem* I,VI,15; II,VII,21). O problema do mal não é resolvido nesta obra. O tema será retomado de maneira mais aprofundada em obras posteriores como *Confissões*, *Livre-Arbítrio* e *Comentário ao livro do Gênesis*.

Ainda sobre a problemática do mal, surge a pergunta: É preciso haver algo necessariamente desordenado, considerando o mal uma desordem, em Deus ou em sua criação para que haja ordem? A maioria das questões de *A Ordem* parte de uma visão grega de ordenação daquilo que já existe. Parece necessariamente haver algo desordenado, ou, numa visão maniqueísta, a existência de bens e males para que exista a ordem. A própria sentença que “faz parte da ordem Deus não amar os males e amar os bens” resulta na submissão de Deus à ordem (*A Ordem* I,VII,18). Aqui a ordem precede Deus e seria o princípio de tudo? Não, já que dependeria da desordem para existir ou atuar.

A concepção bíblica de Deus fazer as coisas com ordem, da qual comunga Paulo e Agostinho, não necessariamente requer uma desordem, que para os gregos seria uma matéria caótica pré-existente. Nem essencialmente deve haver algo desordenado em Deus para que haja ordem Nele. Deus, que em sua natureza é ordenado, fez as coisas já de maneira ordenada. Caso a ordem necessitasse da desordem para existir, essa seria o princípio de tudo e não Deus.

Portanto, Deus é princípio e ordem não porque precise dela como um instrumento de trabalho ou esteja submisso a ela. Sendo da natureza de Deus, já que “é bem ou procede do bem”<sup>4</sup> e jamais podendo estar fora dele, a ordem antecede a criação e existe desde sempre, pois Ele é eterno e imutável. A criação manifesta a ordem presente em Deus.

<sup>4</sup> *A Ordem* II,VII,23, além da afirmação de Licêncio em *A Ordem* I,VII,17.

### 3 A UNIDADE NA MULTIPLICIDADE: FUNDAMENTO DA ORDEM?

A procedência da ordem vem de Deus. Mas como ela atua em Deus e ao mesmo tempo é manifestada na criação? Qual seria então o fundamento da ordem?

Na obra *A Ordem*, mesmo que o mal apareça como “ator coadjuvante” da ordem e não fosse suficiente discuti-lo, Agostinho dá pistas daquilo que poderia ser o fundamento da ordem. Um dos temas que ajudará esta investigação, mesmo não tão visível no diálogo, é a relação da multiplicidade e da unidade, presente também no pensamento paulino.

Agostinho expõe pela primeira vez esse tema em *A Ordem* I, I,2. A Ordem que guia e governa o mundo não pode ser entendida através de uma visão curta e particular, atribuída pelo pensador aos “homens menos instruídos”, pois se poderia emitir um parecer falso de “feitura” ou de “desordem” nas coisas. Dessa forma, faz-se necessário que o homem obtenha uma visão global das inúmeras coisas que, dispostas, constituem uma beleza única.

A visão curta pode restringir a ordem apenas numa visão antropocêntrica, sobretudo, em certa utilidade. O que dizer das árvores que não produzem frutos aos homens? Quantas outras coisas ela pode oferecer ao homem, como sombra, madeira e folhas? Quantos elementos fazem parte da ordem da árvore e que fazem dela uma unidade? (*A Ordem* I,V,12).

Para que se tenha ordem, ou pelo menos, para manifestá-la ou exercê-la, faz-se necessário primeiramente ter muitas coisas, que a tradição filosófica chamou de *multiplicidade*. Até mesmo a tradição judaica e cristã, que influenciou Paulo e Agostinho, percebe essa multiplicidade na criação: Deus criou o céu e a terra e, a partir daí, vários seres (Gn 1,1-30). Há também a necessidade de um princípio que exerça a ordem, criando e organizando um múltiplo de coisas para tornar um todo, uma unidade.

O ápice da discussão na busca pelo fundamento da ordem se dá quando Agostinho faz um elogio à unidade como fundamento das coisas. Quando se separa algo, busca-se a pureza, evitando “todos os elementos estranhos”. Ao se estabelecer conexão entre coisas, busca-se “o íntegro”, porque “unem-se todos os elementos próprios para que se constitua uma unidade perfeita” (*A Ordem* II,XVIII,48). Tanto na “separação” como na “conexão entre as coisas” deve existir a multiplicidade de elementos para culminar no puro ou no íntegro, na unidade.

Para exemplificar isso, Agostinho e Paulo utilizam a metáfora das partes do corpo que unidas ordenadamente compõem sua unidade. Essa concepção também foi um exemplo



clássico para a relação intrínseca da multiplicidade e da unidade na filosofia antiga<sup>5</sup>, bem como no judaísmo helenístico. Como símbolo de unidade social, por exemplo, Paulo utilizou-se de seus contemporâneos: o retórico Dionísio, os filósofos Epíteto, Filo e Plutarco e o historiador Flávio Josefo (Rm 12,4-5; Ef 1,23; 2,16; 3,6; 4,1-16; Col 1,18-24; 2,17-19; 3,15).

A primeira vez que Agostinho trata desta metáfora, procura exemplificar uma “série de coisas tão sublimes” ordenadas pela “ordem na natureza”. Todos os órgãos são necessários para manter o funcionamento total do corpo e sua unidade. Para isso, devem estar interligados de maneira ordenada, mantendo os indispensáveis membros “indecorosos” em seus lugares e deixando “lugar melhor para aqueles mais nobres” (*A Ordem* II,IV,12).

Já no final da obra, para fundamentar a importância da unidade na ordem das coisas, Agostinho elenca diversos exemplos, enfatizando a relação intrínseca entre a multiplicidade das partes que compõe um todo:

Que dizer dos membros de qualquer animal, de suas víceras e de todas as partes de que se compõe? Se as partes se separam da unidade, certamente não haverá um animal. [...] Um conjunto de habitantes constitui uma cidade para qual a dissensão é perigosa: pois o que significa dissentir senão não sentir em unidade? O exército se compõe de muitos soldados: por acaso qualquer multidão não se torna mais invencível quanto mais se unir entre si (*A Ordem* II,XVIII,48)?

A relação unidade-multiplicidade também é tratada por Paulo em duas de suas cartas. Em 1Cor 12,4-6.11, é relatada a diversidade de dons, ministérios e operações que há na comunidade. Nenhum dom ou ministério é mais importante que o outro, pois o “Senhor é o mesmo que realiza tudo em todos”. Trata-se do Deus único, que age em sua totalidade nos dons, sendo esses utilizados para o bem comum da comunidade, proporcionando assim sua unidade.

Dando continuidade, em 1Cor 12,12-26, o apóstolo dos gentios também se utiliza da metáfora do corpo para expor a ordem que proporciona unidade na multiplicidade. Enquanto Agostinho toma como exemplo as partes do animal, Paulo emprega os diversos membros do corpo que, com as mais variadas funções, formam a unidade do ser humano:

---

<sup>5</sup> República de Platão II, 370, A-B; Cícero (*Sobre as obrigações* 3.5.22-23; 3.6.26.27) Sêneca (*Sobre a raiva* 2.31.7) In: COLLINS; HARRINGTON, 1999, p. 458-459.

Com efeito o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim também acontece com Cristo [...]. Mas Deus dispôs cada um dos membros no corpo, segundo sua vontade. Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. [...] os membros do corpo que parecem mais fracos, são os mais necessários, e aqueles que parecem menos dignos de honra do corpo, são os que cercamos de maior honra, e nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com mais decência; os que são decentes, não precisam de tais cuidados. Mas Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros compartilham o seu sofrimento; se um membro sofre, todos os membros compartilham o seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros compartilham sua alegria” (1Cor 12,12.14.18-20.22-26).

Em Ef 4,1-6.14-16, Paulo, assim como em 1Cor, incentiva a comunidade a conservar a unidade. Compara-se aqui a diversidade das funções dos membros da comunidade: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores que constitui a unidade do corpo, cuja cabeça é Cristo. Paulo conclui a carta defendendo que a unidade do corpo com sua inteireza depende da operação harmoniosa de cada uma de suas partes:

Mas, seguindo a verdade em amor, cresceremos em tudo em direção àquele que é a Cabeça, Cristo, cujo Corpo, em sua inteireza, bem ajustado e unido por meio de toda junta e ligadura, com a operação harmoniosa de cada uma das suas partes, realiza o seu crescimento para sua própria edificação no amor (Ef 4,16).

Em ambas as cartas, o apóstolo dos gentios menciona a igualdade de valor entre os diferentes membros do corpo ao invés da subordinação de uns aos outros para o bem de todos como menciona Agostinho. Mesmo Paulo e Agostinho não sendo os pioneiros no uso da metáfora do corpo, ambos não atribuem à *natureza* a ordem dos vários membros do corpo formando uma unidade, mas sim a *Deus*.

A questão de como parte de Deus a ordem na multiplicidade das coisas proporcionando uma unidade ainda é pertinente. Agostinho não a encerra. Paulo não a aprofunda, mas atribui o fundamento da ordem ao Deus Uno-Trino. O que teriam *A Ordem* e o pensamento paulino ainda a dizer sobre isso?

O princípio ordenador ou criador das coisas na concepção de Paulo e Agostinho parte de um único ser, soberano, poderoso, divino e trino. Em *A Ordem* não se tem uma abordagem filosófica aprofundada da Trindade, tema trabalhado por Agostinho em *A Trindade*. Entretanto, na discussão da maneira de Deus agir de acordo com a ordem, é tratada a relação

entre Deus Pai e o Filho, Jesus Cristo. Consegue-se distinguir Deus Pai do Filho, ao mesmo tempo de assegurar que tanto o Pai como o Cristo constituem “Deus” (*A Ordem* I,X,28).

Desse modo, na Trindade há uma multiplicidade em vista das três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo. Isso soluciona o problema levantado de que em Deus haveria somente igualdade e não necessitaria da ordem. Mesmo distintas, as pessoas da Trindade são de mesma substância, como também se observa nas saudações paulinas (Rm 1,1-7; 1Cor 1,1-3; 2Cor 1,1-2; Ef 1,1-10; 1Ts 1,1-3; 2Ts 1,1-2; 1Tm 1,1-2; 2Tm 1,1-2). As três pessoas se articulando de maneira ordenada resultam em uma unidade perfeita, um Deus único.

Mas, a ordem seria o princípio de tudo, inclusive de Deus, já que proporciona a unidade até nas três pessoas distintas da Trindade? Deus estaria assim submisso à ordem? As três pessoas da Trindade não estão submissas a essa ordem por constituírem o Deus único. Na verdade, a essência dela é essa unidade diante da multiplicidade, manifestando-se uma ordem.

Portanto, esse princípio emana sobre toda a criação e confirma o argumento de que “A ordem procede de Deus e permanece nele” (*A Ordem* I,VII,17) e de que ela “sempre estava junto de Deus”, sendo um bem ou procedente do bem (*A Ordem* II,VII,23).

#### 4 CONCLUSÃO

Paulo e Agostinho, influenciados pela filosofia greco-helenística, também se dedicaram às Escrituras, fonte de fé no Deus Uno-Trino. A bagagem filosófica e teológica dos dois tornou desafiador e possível relacionar a obra *A Ordem* e as cartas paulinas.

Num primeiro momento, trabalhou-se a ordem como um problema filosófico. Focou-se no diálogo de *A Ordem*. A primeira questão foi averiguar como Deus criou e agiu com ordem. Ele não só se utiliza da ordem, mas a própria ordem pertence à sua natureza, pois do contrário não seria onipotente e o princípio de todas as coisas. Surgem dois problemas: haver ordem onde tudo que é bom e igual, e, existindo ordem, necessariamente, haver um múltiplo de bens e males, aparecendo a problemática do mal. O diálogo não trabalha sua causa, mas garante não vir de Deus e ser submetido à sua ordem. Assim, Deus fez as coisas já de maneira ordenada e a criação é a manifestação dessa ordem presente n’Ele.

Partindo de que a ordem procede de Deus, aprofundou-se o fundamento da ordem através da unidade na multiplicidade. O tema foi ilustrado na “metáfora das partes do corpo”



por Agostinho e Paulo (1Cor 12,4-26 e Ef 4,1-6.14-16). Mesmo havendo semelhança entre os textos, verificou-se que Paulo menciona a igualdade de valor entre os diferentes membros do corpo, enquanto Agostinho apresentou a subordinação de alguns membros a outros para o bem de todos. Os dois atribuem a Deus a ordem dos vários membros do corpo constituindo uma unidade e não à natureza, como seus antecessores. Por fim, a unidade na multiplicidade como fundamento da ordem encontram sua origem na essência de Deus, Uno-Trino.

Portanto, a ordem, de problema filosófico à essência do Deus Trindade como seu fundamento, não só aproximou o pensamento de Paulo e Agostinho, como evidenciou a influência paulina no hiponense. A filosofia e as Escrituras como suas fontes enriqueceram e mostraram também a possibilidade de um diálogo fecundo entre fé e razão.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA *de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, St. *Contra os Acadêmicos, A ordem, A grandeza da Alma, O mestre*. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Patrística - 24).

COLLINS, Raymond F.; HARRINGTON, Daniel (editor). Vol. 7. *First Corinthians*. Collegeville, Minnesota: The Liturgical Press, 1999. (Sacra Pagina).

LUZ, Waldyr Carvalho. *Novo Testamento interlinear*. São Paulo: Hagnos, 2010.

O'BRIEN, Peter T. *The Letter to the Ephesians*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1999.

PACIONI, Virgilio. Ordem. In: FITZGERALD, O.S.A, Allan D. (dir.). *Diccionario de San Agustín – San Agustín a través del tempo*. Burgos: Editorial Monte Carmelo. 2001, p. 964-966.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.